Jorge E. Maldonado, Editor

Casamento e Família

uma abordagem bíblica e teológica

TRADUÇÃO
Carlos Tadeu Grzybowski

Editora Ultimato
Viçosa, MG

SUMÁRIO

Apresentação 7

1. A família nos tempos bíblicos 11
Jorge E. Maldonado

2. Pessoa, casal e família 31
Jorge Atiencia

3. A relação homem-mulher na Bíblia 47
C. René Padilla

4. A família, educadora da fé 73
Edesio Sánchez Cetina

5. Uma visão psicoteológica da família 93
Amauri Munguba Cardoso

6. Casamento: problema e mistério 113
Margareth Brepohl

7. A igreja e a família 121
John H. Westerhoff

8. A família na missão de Deus 143
Dorothy Flory de Quijada

9. O divórcio e as igrejas evangélicas 161
Aliança Evangélica Espanhola

10. Por uma pastoral evangélica do casamento 179
Igreja Evangélica Metodista Argentina

APRESENTAÇÃO

Para refletir sobre a família em uma perspectiva bíblico-teológica, partimos de alguns pressupostos: ela não é meramente o fruto da necessidade biológica de perpetuar a espécie, nem somente a unidade econômica que sustenta os indivíduos e a sociedade, tampouco o meio mais efetivo de transmitir a cultura, muito menos o resultado de um contrato social ou o produto natural de duas pessoas que se amam. A família transcende a nós mesmos e tem origem no próprio Deus. O apóstolo Paulo disse, com muita propriedade, que estamos frente a um mistério (Ef 5.32), e comparou-o à relação de Cristo com a igreja. A palavra "mistério" no sentido bíblico expressa um valor, um significado e uma riqueza difíceis de compreender fora da revelação divina.

Na Bíblia vemos que Deus garante o tempo do plantio e da colheita (Gn 8.22), alimenta todos os seres viventes (Sl 104.27; 136.25; 145.15,16), governa todo o universo (Is 40.1-26), cria e forma cada nova criatura concebida (Jó 31.15; Sl 139.13; Is 43.7; 44.22) e infunde a vida ao que nasce (Gn 29.31; 30.22). Esse mesmo Deus estabeleceu sua vontade no círculo da família que, a cada nova geração, ele mesmo forma, sustenta e protege (Sl 22.9-11).

Numa perspectiva teológica, o casamento e a família não estão vinculados à história (o estado e a lei) ou à redenção, mas à criação. Em outras palavras, não podem ser considerados instituições "cristãs", uma vez que não tiveram início com Cristo nem estão limitados à igreja. Na verdade, devem ser tratados como instituições "humanas", pois, pelo ato criativo de Deus, estão inseridos na natureza e estrutura humanas. Entretanto, como parte da dimensão da nova criação em Cristo e como instrumento do reino de Deus na terra, a família cristã tem significado e valor muito elevados.

Ao mesmo tempo, a vida familiar organiza-se de acordo com a cultura na qual se desenvolve e interage intensamente com o modelo histórico em que está inserida. Além disso, as formas de organização familiar evoluem com o tempo. Não podemos estabelecer uma definição universal e normativa de família. Tampouco podemos aplicar de maneira indiscriminada as formas culturais de organização familiar dos tempos bíblicos às mais complexas relações familiares do nosso tempo. A hermenêutica e a reflexão teológica são de grande valia nesse aspecto, orientando a ação pastoral. Contudo não podem ser realizadas uma única vez. Cada nova geração tem o dever de retomar os textos bíblicos, procurando descobrir como aplicar os princípios neles contidos à realidade contemporânea.

Pretendemos, por meio desta publicação, estimular a reflexão bíblico-teológica sobre o casamento e a família. Entretanto estamos conscientes de que ainda há muito por fazer.

A maioria dos trabalhos aqui apresentados são resultado da reflexão de latino-americanos sobre o assunto. Contamos com a contribuição de pessoas bem conhecidas no meio teológico, como *C. René Padilla, Edesio Sánchez Cetina* e *Jorge Atiencia*. Participam também a psicóloga *Margareth Brepohl* e a jornalista *Dorothy Flory de Quijada*. O educador norte-americano *John H. Westerhoff* propõe, com muita sensibilidade transcultural, desafios à família e à igreja contemporâneas. Há ainda

um trabalho do pastor e psicoterapeuta Amauri Munguba. Os irmãos da *Espanha* contribuem com uma reflexão sobre o divórcio à luz das Escrituras e os problemas pastorais conseqüentes. Para finalizar, há um documento sobre a pastoral familiar, elaborado pela *Igreja Evangélica Metodista Argentina*, como uma demonstração de preocupação ministerial.

Esperamos, mediante estes artigos, desafiar as igrejas evangélicas a prosseguir a tarefa hermenêutica e teológica sobre o casamento e a família.

Jorge E. Maldonado

1.

A FAMÍLIA NOS TEMPOS BÍBLICOS

JORGE E. MALDONADO

O propósito deste artigo é considerar as diferentes formas nas quais se organizava a família nos tempos bíblicos, bem como seus costumes e suas tradições. Esperamos, mediante essas considerações, introduzir a discussão teológica dos artigos que se seguem.

O que chamamos hoje de "família" tem, possivelmente, pouca similaridade com as expressões culturais da época bíblica. Uma compreensão dessas diferenças nos auxiliará a retomar a tarefa sempre nova de encontrar nas Escrituras — em meio aos elementos culturais nos quais foram escritas — os princípios e valores necessários para orientar o trabalho teológico e pastoral em nosso contexto atual.

O grupo social chamado família encontra-se presente em todas as culturas, desde a antiguidade até os dias de hoje. Cientistas sociais que têm estudado os diferentes povos ao redor do mundo parecem concordar num determinado ponto: *nas sociedades conhecidas, quase todas as pessoas vivem submersas em uma rede de direitos e obrigações familiares*[1].

O termo "família" descreve diversas realidades sociais. Engloba desde a rede extensa de parentes, encontrada especialmente nas sociedades agrárias, até a família nuclear contemporânea e suas variações, peculiar das áreas urbanas e industrializadas do mundo.

As definições de família forjam-se cultural e historicamente. Na parte norte-ocidental do mundo, onde os efeitos da industrialização se fazem sentir há bastante tempo, a *família nuclear* tende a ser normativa. No sul, onde outros modos de produção e organização social coexistem, e a sobrevivência depende em grande parte das redes de parentesco, o termo tem um sentido mais amplo. Mesmo que todos tenhamos uma concepção bastante definida do significado dessa palavra, ainda assim é difícil estabelecer uma definição universal e normativa.

A família distingue-se de outros grupos sociais por suas funções: a determinação de um lugar comum de residência, a satisfação de necessidades sexuais e afetivas, o estabelecimento da unidade primária de cooperação econômica, a procriação e a socialização de novas gerações. Essas atribuições descrevem bem *a tribo, o clã ou a família extensa*. Historicamente, a raça humana existiu em princípio em grandes grupos sociais, como as organizações familiares vistas na Bíblia. Quando a convivência tornou-se mais complexa, tribos e clãs deram lugar à família extensa e a inúmeras instituições sociais secundárias. A família nuclear é uma adaptação posterior. Isso não significa que o núcleo constituído por homem, mulher e filhos não existisse antes da era industrial. Contudo, esse grupo não era considerado família se estivesse distanciado daquelas redes mais extensas e entretecidas de relações. Hoje em dia, considera-se família tanto

> a unidade social básica, formada ao redor de dois ou mais adultos, que vivem juntos na mesma casa e cooperam em atividades econômicas, sociais e protetoras, bem como no cuidado dos filhos, próprios ou adotados,[2]

como "a rede mais extensa de relações estabelecidas por matrimônio, nascimento ou adoção"[3]. Em todo caso, as maneiras pelas quais essas

relações se estabelecem, os direitos e as obrigações determinados aos sexos e o número de pessoas que a formam variam muito. Essas diferenças são determinadas pela cultura, classe social, religião e região do mundo onde se vive.

A família no Antigo Testamento

É impossível comprimir em uns poucos parágrafos a enorme variedade de expressões familiares encontradas no Antigo Testamento, bem como sua evolução ao longo de milhares de anos. Durante esse período, muitas mudanças ocorreram. Abraão viveu uma vida semi-nômade. Seus descendentes, que se estabeleceram em Canaã, construíram cidades e interagiram com as pessoas da região. Quando decidiram ter um rei em vez de juízes locais, experimentaram a prosperidade, mas também trabalhos forçados, impostos e a separação entre ricos e pobres. A divisão do país em dois reinos, as invasões da Síria, Egito, Assíria e Babilônia, os 70 anos de exílio e o controle político por parte da Pérsia, Grécia e Roma imprimiram marcas profundas e induziram mudanças significativas na vida familiar das pessoas do Antigo Testamento.

Entretanto podemos afirmar que a família foi de vital importância na organização das sociedades no Velho Testamento.

> Sem dúvida, outros fatores estiveram presentes na formação das sociedades dos períodos mais remotos que vemos no Antigo Testamento, mas nenhum deles teve um papel mais importante que a família... Todos os assuntos públicos foram, até certo ponto, assuntos familiares; estavam regulados pelos anciãos, ou seja, os cabeças de família dos clãs.[4]

No período da peregrinação do povo de Israel pelo deserto, sua estrutura familiar se definiu. Uma tribo era formada por vários clãs, os quais, por sua vez, eram grupos de famílias unidas por laços consanguíneos (Js 7.14-18). Nessa estrutura social, cada indivíduo era visto como membro de uma família. Cada família estava unida a outras famílias, que formavam um clã. O clã fazia parte de grupos mais extensos, formando as tribos. Assim, toda a nação de Israel era, efetivamente, uma grande família de famílias.

A família no Antigo Testamento era definitivamente patriarcal. Um dos termos que a designavam era *casa paterna* (*bet ab*). As genealogias eram sempre apresentadas através da linhagem paterna. O pai possuía

autoridade total sobre os filhos, inclusive os casados, se viviam com ele, e sobre suas mulheres, podendo até mesmo decidir se deveriam viver ou morrer. A desobediência e a maldição aos pais eram castigadas com a morte (Êx 21.15; Lv 20.9; Pv 20.20). À medida que o sistema legal evoluiu, esse direito foi transferido para as cortes, mas em essência não mudou. Diante da queixa de um pai, a corte geralmente pronunciava sentença de morte.[5]

Outro termo em hebraico usado no Antigo Testamento para família é *"mishpahah"*, que significa clã, tribo e povo. Descreve o grupo de pessoas que habitam em um mesmo lugar ou em várias aldeias, que têm interesses e deveres comuns e cujos membros são conscientes dos laços de sangue que os unem, pelos quais se chamam de "irmãos" (1 Sm 20.29).[6]

Utilizava-se ainda a palavra *casa* (*bet* ou *bayít*)[7], no sentido de vivenda e, figurativamente, referindo-se ao lugar onde Jeová habita (em especial o tabernáculo ou o templo). O termo também significa família, descendência e até um povo inteiro, como a "casa de Israel" (Js 24.15; Ez 20.40). Essa palavra aparece mais de duas mil vezes na Bíblia.[8]

Os patriarcas hebreus seguiam os costumes de seus vizinhos no que diz respeito a ter mais de uma esposa, ou seja, eram polígamos. As famílias daqueles tempos normalmente abrangiam um grande número de pessoas: o marido, suas esposas e seus filhos, suas concubinas e seus filhos, os filhos casados, as noras, os netos, escravos de ambos os sexos e seus filhos nascidos sob aquele teto, os estrangeiros residentes no mesmo prédio, as viúvas, os órfãos e todos quantos se abrigavam sob a proteção do chefe de família.[9] Quando os reis de Canaã aprisionaram Ló, Abraão reuniu "...trezentos e dezoito homens dos mais capazes, nascidos em sua casa..." (Gn 14.14) e foi resgatá-lo.

Um termo importante para nossa reflexão é *pai* (*ab*)[10]. Era usado para referir-se não somente ao pai, mas também ao avô e aos antepassados notáveis, como Abraão. Além disso, aplicava-se a homens de muito respeito, sem a necessidade de qualquer parentesco. O pai cumpria obrigações sacerdotais. Religião e família estavam entretecidos com as mesmas fibras. A comunidade de adoração básica que mantinha a coesão social da época era a família. Como acontecia em outros grupos humanos ao redor, entre os hebreus o pai era também o sacerdote que vigiava as relações entre as pessoas de sua casa e Deus (Jó 1.5). Isso torna-se muito mais evidente após o êxodo, quando o pai passa a ocupar o lugar

predominante no ritual da páscoa (Êx 12-13.8). Os membros da família estavam sob a estrita obrigação de reunir-se no santuário familiar (1 Sm 20.29)[11]. Quem cumpria essa função religiosa em lugar de um pai adquiria a mesma dignidade. Assim Moisés foi chamado "pai" dos filhos de Arão (Nm 3.1). O profeta era chamado "pai" por seus discípulos (2 Rs 2.12). Mais tarde os rabinos também foram chamados de pais.[12]

O povo de Israel também usou a palavra *pai* para referir-se a Deus. A Bíblia a utiliza para fazer referência à relação de Deus com seu povo (Dt 14.1; Is 4.8; Pv 3.12). Na relação de Jeová com o povo de Israel, este é chamado filho ou filha e, às vezes, esposa (Os 11.1; Jr 3.22; 31.18-20; Is 54.6). Em Isaías 66.13, a imagem análoga para Jeová é de uma mãe e, em Isaías 54.5, de marido.

A fertilidade era considerada como parte essencial da promessa de Deus ao povo judeu. Havia provisões para assegurá-la. Por exemplo, se um homem casado morria sem deixar filhos, seu irmão tinha a obrigação de tomar a viúva por esposa, a fim de continuar a descendência do irmão falecido (Dt 25.5-10). Uma mulher estéril podia dar uma de suas escravas ao marido para que, através da escrava, pudesse ter filhos (Gn 30.1-13).

As crianças estavam incluídas no pacto ou aliança de Deus com Israel, mediante a circuncisão que se realizava aos oito dias de vida de um filho homem. As crianças eram instruídas na Lei pelo pai no cotidiano do lar (Dt 6.4-9) e participavam ativamente nas celebrações da páscoa e outras festividades religiosas no lar. Somente depois do exílio babilônico institucionalizou-se a instrução religiosa. Colocava-se muita ênfase na obediência aos pais e mestres e usava-se com freqüência a vara e o castigo corporal para disciplinar as crianças (Pv 22.15; 13.24).

A condição da mulher

Embora as mulheres fizessem grande parte dos trabalhos pesados da casa e do campo, tinham uma posição pouco privilegiada, tanto na sociedade como na família. As solteiras viviam sob a tutela do pai ou de um guardião. Ao que tudo indica, elas eram tratadas mais como prendas de valor, que eram "compradas" por seu futuro esposo e, inclusive, vendidas como escravas (Êx 21.7). Por norma, apenas os filhos do sexo masculino podiam receber herança, e o filho mais velho tinha direito a uma porção dupla da propriedade do pai. Somente se não houvesse homens na família

é que as filhas podiam herdar algo dos pais. Se uma família não tivesse filhos, a propriedade passava ao parente varão mais próximo.[13]

No compromisso nupcial de dois jovens — ato de noivado comprometendo-se ao casamento — o casal trocava anéis ou braceletes e firmava um contrato diante de duas testemunhas. O noivo ou sua família tinha que pagar ao pai da noiva uma soma em dinheiro, denominada *mohar*. Às vezes, essa importância podia ser paga em forma de trabalho (Gn 29.15-30). Ao que parece, o pai só podia gastar os dividendos desse capital, mas o mohar devia ser devolvido às filhas quando ele morresse ou se elas enviuvassem. Labão parece haver quebrado esse costume (Gn 31.15). O pai da moça, em troca, devia lhe dar um dote, que podia consistir em serventes, presentes ou terras. O matrimônio era mais um evento civil (familiar e comunitário) que religioso. Quando a casa do noivo estivesse pronta, celebrava-se a boda. Ele ia com os amigos à casa da noiva, onde ela o esperava, ataviada com seu vestido especial para a ocasião e com um punhado de moedas que ele lhe havia entregue anteriormente. Dali o noivo a levava para sua nova casa ou para a casa dos pais, onde festejavam com os convidados. No trajeto, amigos, vizinhos e convidados formavam um cortejo com músicas e danças.[14]

No Antigo Testamento, o marido era o senhor (*ba'al*) de sua esposa. Por meio do casamento, a mulher passava a ser propriedade do esposo. As mulheres eram valorizadas como mães em potencial, destinadas a dar ao clã o mais precioso dos dons: filhos, especialmente homens. Por isso a esterilidade, geralmente atribuída a uma falta da esposa, era um estigma, considerada um castigo de Deus (Gn 16.1-2; 1 Sm 1.6). Somente quando a mulher gerava um menino é que obtinha sua completa dignidade no lar (Gn 16.4; 30.1). O fato de não ter um filho homem era um peso para o pai, pois sua descendência ficava ameaçada de extinção; as filhas se casavam e iam embora, e somente os homens podiam encarregar-se do culto familiar, de discutir a lei e de portar armas. A falta de filhos em um casamento podia conduzir ao divórcio ou à poligamia. Entre os hebreus, assim como entre os demais povos da antigüidade, ter uma prole numerosa era um desejo bastante generalizado. A abundância de filhos era considerada uma bênção (Gn 24.60). Eles eram comparados, conforme dizia o salmista, a "setas na mão do valente" (Sl 127.3-5). Mais tarde, quando adotou-se uma forma de vida mais sedentária, as mulheres passaram a ser apreciadas também por sua eficiência no trabalho doméstico (Pv 31.11-30).

É interessante notar que, apesar de tratar-se de uma sociedade patriarcal, muitos textos bíblicos mencionam o pai e a mãe em um mesmo plano. Um primeiro exemplo é Gênesis 1, onde os dois são feitos à imagem de Deus e recebem juntos o mandato cultural de multiplicar-se e dominar a terra. Outro exemplo é o quinto mandamento, que fala sobre a honra que os filhos devem a ambos os progenitores (Êx 20.12). O livro de Provérbios fala várias vezes da necessidade de respeitar e obedecer os ensinos do pai e da mãe (Pv 1.8; 6.20). Também em Israel houve mulheres que se sobressaíram, como Débora, conhecida como "mãe em Israel" (Jz 5.7), obviamente um título de muita honra. Quem falava mal do pai ou caluniava a mãe era castigado com a morte.

Nos escritos dos profetas, observa-se que a família, que deveria ser o altar da fé e da instrução espiritual, tornava-se, às vezes, o foco de desorientação (Jr 9.13,14; Am 2.4). A deterioração da família era um poderoso fator de lembrança para que as pessoas se voltassem para Deus (Mq 7.6,7). Vários profetas levantaram a voz para fazer o povo voltar a uma relação familiar mais justa e satisfatória, como parte de seu compromisso com Deus. Oséias foi um testemunho vivo da preocupação de Deus pela monogamia. Miquéias empenhou-se pelo amor na família e o respeito pelos progenitores. Isaías proclamou a fidelidade conjugal e declarou que Yahweh era o esposo de Israel. Ezequiel continuou defendendo o casamento monogâmico e o reconhecimento de uma posição mais elevada para a mulher, tanto na família como na sociedade.

Com o passar dos tempos, a estrutura familiar em Israel evoluiu. A vida urbana trouxe mudanças. A organização dos grupos humanos em aldeias e cidades restringiu o número de pessoas que podiam viver sob um mesmo teto. A quantidade de escravos em cada casa diminuiu. A responsabilidade pelo julgamento de um filho rebelde passou para as mãos dos anciãos da cidade (Dt 21.18-21). Segundo os livros sapienciais, é na época pós-exílio que a família judaica parece mais humanizada; o amor marital e a educação dos filhos são preocupações constantes, e a monogamia é a forma de relação conjugal correntemente aceita.[15]

A família nos tempos de Jesus

Na primeira página do Novo Testamento, Jesus, o Messias, aparece como descendente de Davi e de Abraão (Mt 1.1). As promessas do pacto registradas no Antigo Testamento cumprem-se na pessoa e obra

de Jesus Cristo, nascido na trajetória de uma família (Mt 1.1; Lc 3.23; Rm 4.13; Gl 3.6,7,16). Todos estes textos dão continuidade à maneira como o Antigo Testamento se aproximava do cumprimento das promessas no contexto da família. As declarações que envolvem casamento e família, tanto no Velho como no Novo Testamento, estão relacionadas à mensagem total das Escrituras, que dão testemunho de Cristo (Jo 5.39).

O termo casa (*oikos* em grego) também é usado no Novo Testamento para designar família.[16] Fala-se, por exemplo, da casa de Israel (Mt 10.6; At 2.36; Hb 8.8-10) e da casa de Davi (Lc 1.27, 69; 2.4), referindo-se à linhagem familiar.

Assim como ocorria no Antigo Testamento, as mulheres não eram consideradas iguais aos homens na sociedade dos tempos de Jesus. Eram obrigadas a obedecer ao marido como a um dono, e essa obediência era um dever religioso. Além disso, estavam excluídas da vida pública. Joaquim Jeremias escreve: "As filhas, na casa paterna, deviam andar atrás dos rapazes. Sua formação limitava-se à aprendizagem dos trabalhos domésticos, cozinhar, costurar e cuidar dos irmãos e irmãs menores. Com relação ao pai, tinham com certeza os mesmos deveres que os irmãos, mas não os mesmos direitos. Com respeito à herança, por exemplo, os filhos e seus descendentes precediam as filhas.[17]

Segundo Josefo, historiador judeu do primeiro século, tanto os direitos como os deveres religiosos das mulheres eram limitados. Elas só podiam entrar no templo até o átrio dos gentios e das mulheres. Havia rabinos que sustentavam que não se devia ensinar-lhes o Torah (o livro religioso dos judeus). As escolas onde se ensinava a ler e a escrever, bem como os preceitos da lei, eram exclusivas aos homens. Somente algumas filhas de famílias de elevado grau social podiam estudar. Nas sinagogas havia uma separação entre homens e mulheres. Durante os cultos, elas tinham que permanecer caladas; não podiam ensinar. Em casa a mulher não podia dar graças pelo alimento. Na cultura judaica, assim como nas culturas vizinhas da época, a mulher era, de uma forma geral, colocada em segundo plano.[18]

Se a mulher ocupava um lugar secundário na vida doméstica e seus deveres e direitos religiosos eram limitados, na vida pública ela nem participava. Quando a mulher judia de Jerusalém saía de casa, tinha o rosto coberto por dois véus e outros atavios que tornavam impossível reconhecer os traços de seu rosto. A mulher que saía sem cobrir a cabeça

e o rosto ofendia os bons costumes a tal ponto que se arriscava a ver seu marido exercer o direito — até mesmo o dever! — de mandá-la embora sem que fosse obrigado a pagar-lhe a soma que estava estipulada no contrato para o caso de divórcio. Em resumo, as mulheres deviam passar despercebidas em público. Para um aluno dos escribas era uma desonra muito grande falar com uma mulher na rua. O escriba Iosé Iohanã, que viveu um pouco antes do tempo de Jesus, recomendava que não se falasse muito com uma mulher, inclusive a própria esposa.[19]

Quanto mais importante era uma família, mais exigentes eram as restrições impostas às mulheres. As solteiras não podiam passar da porta da casa paterna, e as casadas tinham sempre que usar o véu. Nas classes populares e na zona rural, por razões econômicas, parece que essas restrições não se aplicavam em sua totalidade, e as mulheres podiam ajudar seus maridos nos trabalhos e negócios deles.

Os esponsais, que precediam o contrato matrimonial, eram realizados quando as moças tinham entre doze e doze anos e meio. Até esse dia a menina estava totalmente debaixo da autoridade do pai: não tinha direito sobre o resultado do seu trabalho, nem a recusar o matrimônio decidido por seu pai. Nos esponsais o rapaz "adquiria" a noiva. Joaquim Jeremias pergunta se, afinal, existia alguma diferença entre a aquisição de uma esposa e a aquisição de uma escrava, e ele mesmo responde que não, exceto por duas diferenças: a) a esposa conservava o direito reconhecido em juízo de possuir os bens (não de dispor deles) que trouxera de sua casa; e b) a esposa tinha o amparo do contrato matrimonial que lhe assegurava que receberia uma soma em dinheiro em caso de divórcio ou de morte do marido.[20]

Apesar de os varões serem considerados adultos aos treze anos, depois de uma cerimônia que os tornava "filhos da lei" e que geralmente era realizada no templo (Lc 2.41-42), eles chegavam aos esponsais e ao matrimônio alguns anos mais tarde que as meninas. Uma frase atribuída ao rabino Samuel "o jovem" (final do primeiro século) reza que o rapaz "aos cinco anos está preparado para a Escritura, aos dez para a *Mixná*, aos treze para cumprir os mandamentos, aos quinze para o *Talmud* e aos dezoito para a alcova da noiva..."[21]

O casamento normalmente acontecia um ano depois dos esponsais (contrato ou promessa recíproca de casamento). Então a noiva passava definitivamente da autoridade do pai para a do marido. A jovem esposa geralmente passava a viver com a família do esposo. Ali, além

de enfrentar a desvantagem de ter de adaptar-se a uma comunidade estranha, a jovem ficava totalmente dependente do seu marido. Mesmo que na época do Novo Testamento já predominava a monogamia, a esposa tinha a obrigação de tolerar a existência de concubinas a seu lado. Além disso, somente o marido tinha direito ao divórcio. Ele podia "despedir" sua mulher (Mt 19.3), de acordo com algumas interpretações de Deuteronômio 24.1, no caso de encontrar nela "coisa indecente"; assim, esse recurso servia somente aos caprichos do homem. Os filhos, em caso de divórcio, ficavam com o pai, o que era o mais difícil para a mulher.[22]

"Somente partindo deste contexto — diz Joaquim Jeremias — podemos compreender plenamente a postura de Jesus em relação à mulher."[23] João Batista já havia batizado mulheres (Mt 21.32), mas Jesus permitiu que mulheres o seguissem (Lc 8.1-3; Mc 15.40-41; Mt 20.20). Jesus não só falou com mulheres (Jo 4; 8.2-11), mas até discutiu temas teológicos com elas (Lc 10.38-42; Jo 11.21-27), numa época em que nenhum rabino se atrevia a fazê-lo. Esses acontecimentos não têm similar na história da época. Mais ainda, Jesus não se contenta em colocar a mulher numa posição mais elevada que aquela em que a cultura do seu tempo a colocava, mas a coloca em posição de igualdade com o homem diante de Deus (Mt 21.31-32). É verdade que Jesus não incluiu mulheres entre os doze discípulos, porém isso não significa que pelo restante da história as mulheres ficariam de fora das funções oficiais de ensino e governo na igreja. A professora Irene Foulkes encontra exatamente nisso a chave hermenêutica para o início do novo Israel. A indicação dos doze, disse ela, era uma espécie de lição objetiva: significava o início de um povo novo "que ultrapassaria em muito a velha nação definida em termos de descendência humana dos doze patriarcas."[24]

Jesus e as crianças

Quanto às crianças, no Novo Testamento há mais de uma dezena de palavras gregas para referir-se a eles, que são usadas das maneiras mais variadas. Os termos indicam origem, posição social, faixa etária, etc. Algumas dessas palavras também são usadas para designar os escravos, as pessoas simples, os abandonados, os ignorantes, alguém imaturo, ao que é pouco ou pequeno.[25] Isto mostra que a posição de uma criança no mundo do primeiro século não era das mais invejáveis.

No mundo greco-romano, a primeira pergunta que se fazia no nascimento de uma criança era se devia viver ou não. Em Esparta, por exemplo, a morte das crianças era algo institucional. Até os filósofos justificavam a prática, que parece ter sido comum no mundo antigo, de "expor" (abandonar) os recém-nascidos. Platão, refletindo sobre a cidade ideal, afirmou:

> Acho que os filhos de boa família devem ser levados à casa do abandono ou a certas amas que vivem em lugares distantes; mas os filhos das classes inferiores e todos os que nascem com defeitos devem ser expostos em lugares secretos, de modo que ninguém saiba o que foi feito deles.[26]

A educação das crianças era ponto pacífico no mundo greco-romano, mas as opiniões se dividiam entre se elas deviam ser educadas por seus pais em casa ou se deviam ser entregues a tutores, mestres e amas. Para os cidadãos de Esparta, como para Platão, as crianças deviam ser separadas e criadas fora de casa. Educar uma criança era comparado com domar um animal. Platão afirmava:

> Assim como ovelhas ou qualquer outro animal não podem estar sem pastor, também as crianças não podem viver sem um tutor nem os escravos sem senhor. De todas as criaturas selvagens a criança é a mais difícil de lidar, já que, mais que todas as outras, possui uma razão que ainda não foi domada; por isso é traiçoeira, astuta e insolente. A criança deve ser sujeitada com muitas proibições — primeiro, quando deixa os cuidados da ama e da mãe, com um tutor que a guie em sua ignorância, e depois com mestres de todo tipo de assuntos e lições — para que se transforme numa criança livre. Por outro lado, no entanto, deve ser tratada como um escravo; todo homem livre que a encontrar fazendo algo errado deve castigar tanto a criança como o tutor.[27]

Para os israelitas, em contraste, o nascimento de uma criança — em especial de um menino — era um acontecimento feliz, uma bênção (Sl 127.3-5). Não só se considerava um crime abandonar uma criança, mas até o próprio Deus de Abraão, Isaque e Jacó se apresentava como o protetor das crianças abandonadas (Ez 16.4-14, neste caso específico de uma menina que simboliza Israel). As crianças estavam incluídas no pacto (ou aliança) de Deus com Israel. Mediante a circuncisão dos varões e da apresentação no templo (Lc 2.21-38) eles eram incluídos na

comunidade. As crianças eram instruídas na lei pelo pai (Dt 6.4-9) e participavam ativamente da celebração da páscoa em casa. Mesmo assim, em geral as crianças eram consideradas insignificantes, a ponto de não serem contadas como gente (Mt 14.21). O rabino Dosa ben Harkinas, do primeiro século (cerca de 90 d.C.), escreveu:

> Dormir durante a manhã, tomar vinho ao meio-dia, conversar com crianças e sentar-se à mesa com gente ignorante fazem com que a pessoa fique fora do mundo.[28]

Somente no contexto greco-romano e judeu da época é possível compreender corretamente as palavras, atitudes e ações de Jesus com respeito às crianças (Mt 19.13-15; 11.25; 18.3; Mc 9.33-37; 10.13-16; Lc 7.31-35 e as respectivas passagens paralelas). A atitude de Jesus para com as crianças era tão nova e surpreendente que seus discípulos ficaram desorientados (Mc 10.13-16):

> Até hoje podemos nos perguntar se a igreja cristã desde então tem entendido completamente essas ações e afirmações surpreendentes. (...) Na pessoa de Jesus — em seus ensinos, vida, morte e ressurreição — o reino de Deus estava realmente sendo antecipado. Dentro dessa realidade antecipada do reino, as crianças aparecem numa luz totalmente nova.[29]

Jesus e a família

Jesus validou a instituição familiar. Ele mesmo chegou ao mundo através de uma família. Além de pais, teve irmãos e irmãs (Mt 13.55-57). Jesus experimentou uma infância de crescimento integral, tanto físico como intelectual, social e espiritual (Lc 2.52). Na fase adulta, ainda que como rabino itinerante, sem lar fixo (Lc 9.58), soube desfrutar da hospitalidade de um lar (Mt 8.14; Lc 10.38-42). Seu primeiro milagre foi realizado em um casamento (Jo 2.12). Além desse, fez muitos outros milagres que demonstraram sua preocupação com a família (Mt 8.14-15; Lc 7.12-16; Jo 11.5-44). Ensinou-nos a chamar a Deus de "Pai Nosso" (Mt 6.9) e apresentou-o como o pai que esperava alerta o retorno do filho pródigo (Lc15.11-32). Na cruz, preocupou-se com a segurança de sua mãe, encarregando o discípulo amado de cuidar dela (Jo 19.26). Parece que não somente sua mãe, mas também seus irmãos estavam entre os discípulos no aposento depois de sua ascensão (At 1.14).

Embora Jesus questionasse a idéia de que bastava ser descendente biológico judeu para ser membro do reino de Deus (Mt 12.48-50), muito de seu ministério público foi voltado para a família. Ensinou enfaticamente que o quarto mandamento, de honrar pai e mãe, permanecia válido, acima até das obrigações cultuais (Mt 15.3-6; Mc 7.10-13). Restabeleceu claramente a igualdade de direitos entre o homem e a mulher no casamento, ao negar o direito de repúdio e a poligamia (Mt 19.3-8; Mc 10.2-9), privilégios patriarcais geralmente reconhecidos no mundo antigo.[30] No trato com as mulheres e as crianças, gente considerada de segunda categoria naquela época, Jesus não seguiu os costumes de seus contemporâneos. Segundo ele, as crianças tinham um alto valor como membros de seu reino (Mc 10.13-16). Entre suas palavras de maior impacto, estão as que têm a ver com atitudes e ações de adultos que fazem tropeçar a um pequenino (Mt 18.6).

Os apóstolos e a família

Alguns apóstolos eram homens de família (Mt 8.14; 1 Co 9.5). Paulo preferiu ficar solteiro por causa do evangelho, mas ele honrou o matrimônio dos outros (1 Co 7.1-9; 1 Tm 4.1-4). Ele aconselhou as esposas cristãs a permanecerem unidas a seus maridos, mesmo que estes não fossem crentes (1 Co 7.10-16). O bom andamento da família era uma das maneiras de reconhecer pastores e diáconos (1 Tm 3.1-13; Tt 1.5-7). A hospitalidade em lares cristãos era uma virtude muito prezada (Rm 12.13; 1 Pe 4.9). O relacionamento cristão no círculo da família dos crentes era um testemunho poderoso para os não convertidos (1 Pe 3.1-7). No contexto da família, as virtudes abstratas de amor, perdão, alegria, paz, bondade e domínio próprio (Gl 5.22) têm ocasião para se tornarem realidades concretas.

O apóstolo Paulo e os outros escritores do Novo Testamento estavam familiarizados com os padrões de autoridade familiar que predominavam no contexto da sua época. Aparentemente eles aceitaram as normas existentes e não defenderam mudanças na estrutura social. Entretanto, por meio de seu ensino e suas ações, eles deixaram evidente sua convicção quanto ao valor das mulheres e das crianças. Num contexto em que os judeus faziam sua oração matutina dando graças a Deus porque não tinham nascido nem gentios, nem mulheres e nem escravos, eles falavam com as mulheres, instruíam-nas sobre o reino de

Deus, atendiam às suas necessidades e lhes abriam espaço na obra do reino (At 1.14; 16.13-40; 18.26; Rm 16.1-5; 1 Co 16.19-20; 2 Jo). Não são poucas as menções que Paulo, por exemplo, faz a mulheres como "cooperadoras em Cristo" (Rm 16.1-4), que "se esforçaram muito" no trabalho árduo da evangelização (Fp 4.1-3) e no labor pastoral (Rm 16.1). Nomes como Evódia e Síntique, Priscila e Febe foram preservados zelosamente nas Escrituras como uma prova do espaço que a igreja de Jesus Cristo do primeiro século, apesar de seus erros e limitações, abria e mantinha para o ministério da mulher.

Jesus e os apóstolos não puseram a estrutura social patriarcal de lado. A estrutura familiar daquela época, como uma comunidade de pessoas ligadas por vínculos de matrimônio e parentesco e regida pela autoridade do pai, foi assumida e colocada a serviço de Deus e da edificação da igreja do Novo Testamento. O livro dos Atos dos Apóstolos narra casos de famílias inteiras que aceitaram o evangelho e foram batizadas (At 10.24-48; 16.15, 31-33; 18.8). Isto testifica não só da unidade familiar dos que se convertiam ao Senhor, mas também que o pai da família — e às vezes a mãe, como no caso de Lídia (At 16.15) — era o porta-voz de toda a sua casa diante de Deus e da comunidade (Jo 4.53; Lc 19.9; Fm 1-2).

Isto mostra que o evangelho não arrancou os primeiros cristãos repentinamente do sistema familiar com que estavam acostumados, nem os isolou inutilmente da sociedade em que viviam. Antes, ele destacou os valores da família (assim como destacou os valores da cultura) quando estes correspondiam aos princípios do reino de Deus. Ao mesmo tempo o evangelho avaliou e condenou tanto o contexto social como o familiar, quando eles não estavam de acordo com a vontade de Deus.

Além disso, o vocabulário que o Novo Testamento usa para se referir ao relacionamento entre os redimidos provém das relações familiares. Por crermos em Jesus Cristo somos feitos *filhos* do *Pai* celestial (Jo 1.11-13). Por sermos parte da igreja estamos na comunidade dos *irmãos*, na qual Cristo é "o *primogênito* entre muitos irmãos" (Rm 8.29). Uma evidência de que pertencemos à "*família de Deus*" (Ef 2.19; Gl 6.10) é a demonstração do amor na comunidade de irmãos (1 Jo 3.14-16).

Pelas saudações de Paulo aos crentes em Roma é possível olharmos pela janela de alguns lares, casas e unidades familiares nas igrejas do Novo Testamento. Entre as 29 pessoas que Paulo saúda no capítulo 16

de sua carta aos romanos há somente três casais, dos quais nenhum representa a família patriarcal típica daquela época: Prisca (Priscila) é mencionada primeiro aqui (v. 3-4) e em Atos 18.18, indicando que ela encabeça a dupla ministerial que forma com seu esposo Áqüila (At 18.2); Andrônico e Júnias (v. 7) são apresentados como um casal de "apóstolos" em nível de igualdade.[31] Filólogo (que significa "aquele que gosta de falar", qualidade supostamente feminina) e Júlia (v. 15) formam o terceiro casal. Apesar de os homens (dezenove no total) somarem quase o dobro que as mulheres (que são dez), somente três homens são saudados como líderes de igrejas, enquanto sete das dez mulheres são mencionadas especificamente por sua liderança (v. 1-2, 3-5a, 6a, 7a, 12). Podemos concluir que muitas igrejas do primeiro século no mundo helênico foram fundadas e lideradas por mulheres. De fato, a primeira convertida na Europa foi Lídia (At 16.11-15), a quem "o Senhor abriu o coração para atender às coisas que Paulo dizia, sendo depois batizada, ela e toda a sua casa" (v. 14b-15a). Ao que parece, o modelo patriarcal de presbíteros (varões) foi o padrão que predominou nas igrejas de origem judaica.[32]

As casas restantes que Paulo saúda em Romanos 16 refletem diversas configurações familiares que o apóstolo dignifica e apóia com suas saudações. Não se faz alusão à situação doméstica de algumas mulheres como Febe, a diaconisa de Cencréia que é honrada com a primeira saudação (v. 1), Maria (v. 6) e Pérside (v. 12b), e de alguns homens como Epêneto (v. 5b), Amplíato (v. 8), Urbano (v. 9), Estáquis (v. 9), Apeles (v. 10) e Herodião (v. 11). Trifena e Trifosa (v. 12) ao que parece são duas irmãs que "trabalham no Senhor". Rufo vive com sua mãe (v. 13). O versículo 14 traz uma saudação para um grupo de cinco homens que vivem debaixo do mesmo teto com um número indeterminado de outros irmãos, provavelmente seus servos ou escravos. Com Filólogo e Júlia vivem Nereu e sua irmã, além de outro solteiro, Olimpas, e "a todos os santos que se reúnem com eles" (v. 15). Essa diversidade de expressões domésticas da igreja de Roma de modo algum é motivo de divisões, mas de bênção, alegria e esperança (v. 17-20).

Conclusão

Quando procuramos na Bíblia elementos que orientam a vida familiar e o trabalho pastoral com famílias, não chegamos de malas vazias.

Trazemos, por um lado, séculos de tradições cristãs que se infiltraram em nossos valores, crenças, atitudes com respeito ao matrimônio, à família, às relações entre homem e mulher, etc. Por outro lado, trazemos junto, não necessariamente de modo consciente, tanto os padrões culturais que herdamos de geração em geração, como os que se formam ao nosso redor aqui e agora. Na Bíblia descobrimos que a mensagem do Deus eterno se encarnou profundamente em sociedades humanas no tempo e no espaço que, como tais, estão sujeitas a mudanças. Por isso, para afirmar nossas bases teológicas sobre o casamento e a família, não podemos simplesmente fazer uma lista de versículos sobre a infância, o noivado, o matrimônio, a família e os filhos. Como vimos, precisamos pesquisar os contextos culturais, os momentos históricos, os costumes e as limitações sociais em meio aos quais os textos sagrados surgiram.

Depois desse exercício precisa ser feita a pergunta crucial: Como se deve interpretar e usar os textos bíblicos de vinte ou mais séculos atrás e aplicá-los às condições tão distintas e em mudança contínua do final do século XX? A professora Foulkes, a partir de sua perspectiva de professora de Bíblia e mulher, afirma que é preciso começar com Jesus. Jesus desafiou os padrões culturais predominantes em sua época, sancionados pela religião, que restringiam os espaços humanos necessários para o desenvolvimento pleno de mulheres, crianças, escravos e marginalizados. Jesus, por palavra e ação, abriu esses espaços possibilitando a seus seguidores encontrar seu lugar na comunidade de redimidos e na comunidade humana. Ela afirma que, ainda que esses espaços tenham sido perdidos novamente, como no caso da leitura rabínica que Paulo fez de Gênesis 2 e 3 em 1 Timóteo 2, o impulso básico apresentado no início não foi alterado:

> Em cada época posterior a igreja é chamada a examinar como avançar na linha ascendente indicada por Jesus, por Paulo e seus companheiros de missão, e pelas primeiras comunidades. A tradição cristã, às vezes muito influenciada por correntes que não partem de Jesus nem de sua obra libertadora, tem perdido de vista essa trajetória iniciada por ele. É nossa responsabilidade, em meio à nossa cultura porém com fidelidade a Jesus, tratar de voltar a ela e avançar nela.[33]

Uma observação final: boa parte do ensino da igreja sobre a família aplica-se à pessoa, ao casal ou ao lar (casa) em geral. Hoje em dia, com o reconhecimento conquistado pela pessoa como indivíduo, com a

distinção crescente entre casal e família, com a afirmação justa da mulher como pessoa diferenciada do homem, e com o controle da natalidade, nós nos encontramos diante de um processo inevitável e irreversível de distinção entre *pessoa, casal, família e casa* (no sentido de unidade doméstica, *household*)[34]. Esse processo, no entanto, não deve ser encarado com pessimismo. Pelo contrário, as famílias cristãs contemporâneas têm o potencial para desenvolver relações íntimas mais justas e eqüitativas; a intimidade pode florescer à medida que as formas autoritárias desaparecerem; a igualdade dos sexos pode proporcionar um sentido melhor de identidade e apoio para as gerações novas; a procriação — considerada cada vez mais opcional e não essencial para a família — pode ser dotada de um sentido mais rico e pleno de realização e solidariedade humanas.

Referências

1. William J. Goode, *The Family*, Pretince Hill, Prentice Hill, 1976, p. 1. Ver também Berta Corredor, *La Familia en América Latina*, Bogotá, Centro de Investigaciones Sociales, 1982. Um trabalho mais atual e transcultural é o de Wen-Shing Tseng e Jin Hsu, *Culture and Family, Problems and Therapy*, New York, The Haworth Press, 1991.
2. Bernard Faber, "Family", *Enciclopedia Americana II*, edição internacional, New York, Americana Corporation, 1982, p. 218.
3. Jorge E. Maldonado, "Family", *Dictionary of Ecumenical Movement*, editado por Nicholas Lossky, José Miguez-Bonino e outros, Genebra, WCC Publications, 1991, p. 415.
4. T.K. Cheyne e J. Shuterland-Black, editores, *Encyclopaedia Biblica*, Londres, Adam and Charles Black, 1914, p. 1498.
5. *Ibid.*
6. Roland de Vaux, *Instituciones del Antiguo Testamento*, Barcelona, Editorial Herder, 1976, p. 50-51.
7. C. Caverno, "Family", *The International Standart Bible Encyclopedia*, vol. II, Grand Rapids, Eerdmans, 1969, p. 1094; Arch E. Dichie, "House", *ISBE*, vol. III, p. 1434.
8. Roy B. Wyatt, "Casa", *Diccionario ilustrado de la Biblia*, Miami, Editorial Caribe, 1974, p. 106-107.
9. Roland de Vaux, *op. cit.,* p. 50-51.
10. Philip Wendell Crannel, "Father", The International Standart Bible Encyclopedia, Vol. II, Grand Rapids, Eerdmans, 1969, p. 1100.